

O percurso de um acontecimento discursivo – a polêmica em torno da dislexia

Patrícia Aparecida de Aquino

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil
patdeaquino@gmail.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i3.697>

Resumo

Para melhor compreender o confronto de dois posicionamentos discursivos em torno do tema “dislexia”, com os objetivos específicos de compreender quais são os acontecimentos discursivos e como se constrói a memória discursiva dessa polêmica, pesquisamos seu percurso histórico, cuja gênese data do final do século XIX. Os resultados dessa pesquisa confirmam duas afirmações de Maingueneau (2005[1984]): uma a respeito da noção foucaultiana de raridade e redundância dos enunciados, pois os enunciados recentes sobre o tema reproduzem os presentes no primeiro texto sobre dislexia, então chamada “cegueira verbal congênita”; e outra sobre a falta constitutiva do discurso primeiro a partir da qual o discurso segundo se constitui: em um dos seus primeiros textos, Hinshelwood, considerado o “pai” da dislexia, explicita a falta constitutiva de seu posicionamento: a falta de rigor científico.

Palavras-chave: discurso polêmico; dislexia; acontecimento discursivo.

The Course of a Discursive Happening: Controversy around Dyslexia

Abstract

To better understand the confrontation of two discursive positions around the theme “dyslexia”, specifically to analyze the discursive happenings related to this discussion and how the discursive memory of this controversy is constructed, its historical backgrounds, which date from the late nineteenth century, are researched. The results confirm two statements proposed by Maingueneau (1984): the first is about Foucault’s notion of rarity and redundancy of utterances, because recent utterances on the theme have reproduced those in the first text on dyslexia, called “congenital word blindness”; and the second statement is about the constitutive lack of the first discourse, from which the second one is generated. In one of his first works, Hinshelwood, considered the “father” of dyslexia, shows the constitutive lack of his position: the lack of scientific rigor.

Keywords: controversial discourse; dyslexia; discursive happening.

Introdução

A polêmica em torno da dislexia¹ envolve dois posicionamentos em confronto: o que nomeamos E, em decorrência dos argumentos relacionados predominantemente à área da Educação e o que nomeamos S, em decorrência dos argumentos relacionados predominantemente à área da Saúde. Nossas análises têm indicado que, assim como demonstrou Maingueneau (2005[1984]) em relação a outra polêmica, não há diálogo efetivo entre os enunciadores de E e de S, mas um processo constante de interincompreensão.

Neste trabalho, temos o objetivo de analisar o percurso histórico da “dislexia” que, como veremos, ainda que não tenha se configurado como um tema polêmico no início, caracterizou-se como tal poucos anos depois de seu surgimento, exatamente no momento em que passou a referir-se a um (suposto – segundo alguns) distúrbio de leitura que acomete crianças e adolescentes e afeta seu aprendizado.

Nossa busca pelas primeiras ocorrências de “dislexia” e pela gênese da polêmica não se resume a um interesse pelos primeiros registros da palavra ou de determinado enunciado; pretendemos identificar acontecimentos discursivos (compreendidos conforme Possenti, 2009[2004]) e analisar em que medida se materializa uma memória discursiva.

Antes disso, apresentamos a noção de “acontecimento discursivo” e como se relaciona à de “acontecimento”.

I. Acontecimento

Desde seu surgimento, a Análise do Discurso reivindica uma relação intrínseca entre enunciação e história. Uma das noções cruciais para essa relação é a de acontecimento, por duas razões. Segundo Possenti, ela a) permite estabelecer de maneira relativamente precisa as relações entre acontecimentos históricos e acontecimentos discursivos, e b) permite selecionar *corpus* também levando em conta sua relevância histórica, tanto para os discursos quanto para a história (POSSENTI, 2009[2004], p. 119).

Essa noção, embora crucial, não foi considerada da mesma maneira por diferentes autores e a AD, segundo Possenti (2009[2004], p. 120), “não concedeu ao acontecimento um lugar privilegiado”, provavelmente em decorrência do risco que já havia observado Pêcheux (1988, p. 56), o de que, pelo gesto de inscrever um discurso dado em uma série dada, isto é, pelo gesto de incorporá-lo a um *corpus*, o acontecimento desse discurso seja absorvido na estrutura do *corpus*, da série, “na medida em que esta tende a funcionar como transcendental histórico, grade de leitura ou memória antecipada do discurso em questão”. Ainda segundo Pêcheux, esse risco decorre da noção foucaultiana de Formação Discursiva, tomada como “uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição”. Porém, como observa Possenti, o próprio Pêcheux havia alertado que o discurso não deveria ser tomado como um “aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe” (PÊCHEUX, 1988, p. 56).

1 No nosso doutorado (projeto Fapesp 2013/09985-0), analisamos, com base na proposta de análise do discurso polêmico (MAINGUENEAU, 2005[1984]), a polêmica em torno da dislexia.

Mais do que isso, Pêcheux afirma que

[...] só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado...) de deslocamento do seu escopo. (PÊCHEUX, 1988, p. 56)

Apesar dessa observação, grande parte dos trabalhos da AD privilegiou o caráter repetitivo do acontecimento, tomado como “o mesmo”, decorrente da estrutura. Segundo Possenti (2009[2004]), vale a pena ir além e, para isso, deve-se levar em conta as reflexões sobre as relações entre acontecimento e a estrutura que têm sido feitas por alguns historiadores, por exemplo Peter Burke, em “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa”, de 1991, e, sobretudo, as considerações de Foucault em “Retornar à História”, texto de 1972, pois essas reflexões e considerações sobre o acontecimento histórico podem, segundo Possenti, ser transpostas para a de acontecimento discursivo e tal transposição levaria a repensar outras noções também cruciais para a AD, como a de memória, a de esquecimento e a de concepção de sujeito.

Consideraremos, então, o acontecimento discursivo a partir da noção de acontecimento conforme concebida por Foucault (2008[1972]).

I.2 Acontecimento em Foucault

Segundo Foucault, o acontecimento é uma das “duas noções fundamentais da história, tal como ela é praticada atualmente” (FOUCAULT, 2008[1972], p. 287). E a história é praticada atualmente como uma “história serial”, que consiste na análise, por parte do historiador, “de uma série de documentos homogêneos concernindo a um objeto particular e a uma época determinada” (FOUCAULT, 2008[1972], p. 291).

Ainda segundo o autor, o resultado do trabalho do historiador é constituído pelas relações – internas ou externas – desse *corpus* de documentos. É a partir da análise desses documentos que o pesquisador “pode fazer emergir acontecimentos que, de outra forma, não teriam aparecido”. Não mais se busca, portanto, analisar eventos pontuais (como a morte de um rei, por exemplo) para estabelecer uma relação causal com os eventos que os sucedem, mas se procura “fazer emergir acontecimentos” por meio da análise de “documentos frequentemente negligenciados” (FOUCAULT, 2008[1972], p. 292), que contribuem para a “lenta acumulação de mutações minúsculas, [...] pequenas mudanças imperceptíveis” (FOUCAULT, 2008[1972], p. 295). Essa “nova história” (conforme a nomeia Burke, 1991), portanto, é concebida não mais como a história dos grandes acontecimentos e das mudanças, mas como a história construída no dia a dia, por cidadãos ditos comuns.

Foucault exemplifica alguns objetos definidos pela história serial: os arquivos comerciais do porto de Sevilha durante o século XVI e os modos de alimentação da Europa no século XIX. Em relação ao estudo sobre a alimentação, o autor acrescenta que através dele se pode correlacionar o aumento do consumo de proteínas com a história da saúde e da longevidade e também com a história do consumo. Com a apresentação desses exemplos, Foucault esclarece o fato de que o acontecimento, visto na história tradicional como o

conhecido, o visível a ser decifrado pelo historiador, passa a ser tomado na história serial como acontecimentos estratificados e relacionados, com a peculiaridade de que uns são visíveis, imediatamente conhecidos até pelos contemporâneos, e em seguida, debaixo desses acontecimentos que são de qualquer forma a espuma da história, há outros acontecimentos invisíveis, imperceptíveis para os contemporâneos, e que são de um tipo completamente diferente (FOUCAULT, 2008[1972], p. 291). Ao historiador dessa “nova história” caberia “descobrir o estrato de acontecimentos difusos, ‘atmosféricos’, policéfalos que, afinal, determinam, e profundamente, a história do mundo.” (FOUCAULT, 2008[1972], p. 292).

A multiplicação dos acontecimentos promovida por essa abordagem histórica tem duas consequências: multiplica as discontinuidades da história, que passa a ser concebida como “um emaranhado de discontinuidades sobrepostas” (FOUCAULT, 2008[1972], p. 293), e multiplica também os tipos de durações; passa-se a lidar com: os ciclos curtos (que podem durar alguns meses ou anos, exemplificados pelo autor com o aumento ou a baixa de preços); os ciclos mais importantes (de 25 a 50 anos); os *trends* seculares – grandes ciclos de expansão ou de recessão (de 80 a 120 anos) e as inércias (com duração de séculos), que correspondem a grandes fenômenos, exemplificados com a tecnologia agrícola e com os modos de vida dos agricultores da Europa, os quais permaneceram estagnados por quase três séculos (do XVI ao XIX).

De acordo com Foucault, cujo objetivo é demonstrar os pontos de contato entre as análises estruturalistas e as análises da história serial, são essas abordagens que permitem abandonar o que ele critica como a “grande mitologia biológica da história e da duração” (FOUCAULT, 2008[1972], p. 295), mitologia essa que serviu para justificar o determinismo social, como tentativa de impedir revoluções e transformações das sociedades.

I.3 Acontecimento discursivo

Compreendidas as decorrências da nova noção de acontecimentos históricos, chegamos à transposição da noção de acontecimentos históricos para a de acontecimentos discursivos, cuja relevância fica clara na seguinte afirmação de Possenti (2009[2004], p. 125):

O acontecimento fundamental poderia deixar de ser aquele de que todos se dão conta de que é um acontecimento (a publicação de uma obra, um manifesto, um editorial [...], uma proposta de pacto etc.). Para a AD, pelo menos em suas práticas mais comuns de análise, um acontecimento seria considerado como tal na medida em que ensejasse sua retomada ou sua repetição.

Ao propor essa transposição, Possenti afirma que “na esteira de Foucault, a AD seria provocada a tratar de acontecimentos de diversas ordens, e a tirar disso as devidas consequências” (POSSENTI, 2009[2004], p. 125). Uma delas seria a de rever a noção de memória e a concepção do sujeito, pois, assim como os diferentes graus de visibilidade ou invisibilidade dos acontecimentos discursivos, os sujeitos teriam graus de consciência ou inconsciência em relação aos acontecimentos discursivos. Possenti fornece alguns exemplos de discursividades que passariam a ser vistas como acontecimentos discursivos: o estruturalismo, o feminismo, o nacionalismo; em relação ao “feminismo”, ele exemplifica quais seriam os discursos que surgiriam com os acontecimentos discursivos mais evidentes (como

um manifesto ou um congresso): “por debaixo deles, ou a seu lado, surge, por exemplo, um discurso do corpo, da beleza, da sexualidade, do controle da natalidade...” (POSSENTI, 2009[2004], p. 125). Além disso, o autor aponta para a relevância dessa noção para análises que, como a realizada neste trabalho, tomam como referência a noção de semântica global, pois “seria mais claramente possível dar conta assim das discursividades e, especialmente, ter claro em que medida certos dispositivos e práticas fazem parte delas e são regidas pela mesma semântica (cf Maingueneau, 2005[1984])” (POSSENTI, 2009[2004], p. 125).

Tendo em mente essas questões, iniciamos agora a análise da gênese da polêmica em torno da dislexia. Destacaremos aquilo que Foucault (2008[1972]) nomeia de “mesmo”. Além disso, lançaremos mão da noção de “falta” (conforme Maingueneau, 2005[1984]), que consideramos de extrema relevância para explicar parte do nosso *corpus*.

II Uma questão terminológica

Inicialmente, quando não havia polêmica em relação à existência da dislexia (compreendida como dificuldade de leitura que acometia pacientes adultos), havia uma controvérsia em relação à terminologia adequada para designar esse fenômeno.

A primeira ocorrência do termo “dislexia” se dá na Alemanha, no livro “Wortblindheit (Dyslexie)” de R. Berlin, em 1887. O médico alemão a definiu como um tipo específico de cegueira verbal, devido a uma interrupção na condutividade das fibras do centro visual no lobo parietal-inferior do hemisfério esquerdo, “uma condição na qual, com visão normal e, portanto, vendo normalmente as letras e as palavras distintivamente, um indivíduo não é mais capaz de interpretar a linguagem escrita ou impressa” (HINSHELWOOD, 1900, p. 52).

Antes da palavra “dislexia”, porém, há outros registros de médicos que analisaram casos de dificuldade de leitura. Segundo Elliott e Grigorenko (2014), o primeiro ocorreu em 1872 e foi feito pelo neurologista inglês Sir William Broadbent; seu paciente era um homem que, depois de uma lesão cerebral, apresentou dificuldade de ler associada à dificuldade de nomear objetos. Em 1877, o neurologista alemão Kussmaul também tratou de um paciente sem outras deficiências aparentes que passou a apresentar sérias dificuldades de leitura. Foi Kussmaul quem primeiro utilizou o termo “word-blindness” (cegueira verbal) para referir-se a esse tipo de dificuldade.

No primeiro texto de Hinshelwood sobre o tema, de 1895, esse oftalmologista inglês explica a origem do termo “cegueira verbal”, aborda diferentes casos dessa patologia, percorrendo a questão que lhe parece central – a da memória visual –, e questiona a terminologia adequada para se referir aos casos relatados. Segundo o autor, foi Kussmaul, em 1877, “o primeiro a apontar claramente que a cegueira para palavras pode ser tratada clinicamente como uma condição isolada e que representa uma condição patológica de uma faculdade especial. Ele cunhou o termo ‘cegueira verbal’ para a condição na qual o paciente, embora não cego, é incapaz de ler palavras visíveis” (HINSHELWOOD, 1895, p. 1565). Hinshelwood acrescenta que desde o tratado de Kussmaul, diferentes casos foram reportados e diz: “agora é evidente que os termos “word-blindness”, “cécité verbale” e “wortblindheit” não são suficientemente precisos sem maiores definições. Há diferentes formas de cegueira verbal que precisam ser cuidadosamente distinguidas umas das outras.” (HINSHELWOOD,

1895, p. 1565). Depois de mencionar exemplos cujas especificidades levaram os autores a nomeá-los como “letter-blindness” (cegueira para letras) e “caecitas syllabaris et verbalis, sed non litteralis” (cegueira para sílabas e palavras, mas não para letras), Hinshelwood reforça sua observação sobre o problema terminológico; na página 1566 ele afirma que “fica então evidente que os termos “word-blindness” e “alexia” não são suficientemente precisos. No texto “A case of dyslexia: a peculiar form of word-blindness”, de 1896, o autor volta a trazer à baila a questão terminológica e opta por utilizar, como se vê no título, a palavra cunhada por Berlin: “dislexia”, termo utilizado até hoje.

III. A busca das causas do fenômeno

O tipo de cegueira verbal analisado por Broadbent, Kussmaul e Berlin consistia numa interrupção repentina da capacidade de ler. Depois de ler normalmente algumas palavras (impressas ou manuscritas), o paciente não conseguia mais compreender o sentido das palavras que estavam à sua frente. Em 1892, Berger e Ribot, em duas obras distintas, fazem referência aos relatos de Berlin em que o autor caracterizava a dislexia como decorrente de uma lesão cerebral, localizada especificamente na circunvolução de Broca. Segundo Berger, essa hipótese foi confirmada em autópsia.

Berlin relatou também casos de pacientes que apresentaram dislexia não provocada por lesão; segundo Hinshelwood (1900), a conclusão a que chegou o oftalmologista alemão foi a de que essa dislexia sem lesão era provocada pela ingestão de bebidas alcoólicas. Depois de um tempo de abstinência, os sintomas desapareciam. Hinshelwood faz referências a diversos autores que lidaram com esse tipo de patologia, dentre eles Charcot, que tratou de um paciente que conhecia diversas línguas e perdeu a memória apenas de alguns caracteres do alemão e do grego.

É no texto de 1896 que Hinshelwood se atém a um relato específico, o de um caso clínico similar aos descritos por Berlin; seu paciente, um alfaiate, perdeu as habilidades de sua profissão a ponto de ser demitido; não conseguia mais encontrar o caminho de casa em um bairro no qual morava há anos e, a cada tentativa de leitura:

[...] lia as primeiras poucas palavras bastante corretamente e, de repente, parava, dizendo não poder continuar. Um pouco depois, podia começar novamente, sempre com o mesmo resultado... Quando interrogado sobre como era não conseguir continuar a leitura, disse que, embora pudesse ver as letras bastante nitidamente, tinha se tornado estúpido – elas pareciam perder o sentido para ele. (HINSHELWOOD, 1896, p. 1451)

Esse alfaiate também tinha o hábito de beber e, assim como os pacientes de Berlin, não tinha sequer uma mínima alteração do órgão da visão; passadas sete semanas de internação no hospital, ele deixou de apresentar os sintomas e pôde voltar ao seu trabalho. Nas palavras de Hinshelwood, “o principal fator que contribuiu para a rápida melhora foi, na minha opinião, a retirada total do álcool” (HINSHELWOOD, 1896, p. 1452), o que parecia comprovar aquilo que Berlin havia constatado a respeito da dislexia não decorrente de lesão: sua causa seria o alcoolismo. Para Berlin, nos demais casos, a dislexia é o primeiro sintoma de uma doença cerebral, associada a uma lesão na área de Broca.

Hinshelwood, porém, não dá o caso do seu ex-paciente como concluído; em 1900 reedita o artigo de 1896 e apresenta um terceiro tipo de cegueira-verbal, no qual as alterações também são associadas ou a agente tóxico ou a doenças graves, comumente associadas a uma lesão: “na grande maioria dos casos essa forma de desarranjo visual é um sintoma de uma doença orgânica grave do cérebro” (HINSHELWOOD, 1900, p. 51).

Cabe observar que todos os pacientes são adultos com algum tipo de lesão ou submetidos a agentes tóxicos; a única exceção corresponde ao último caso descrito por Hinshelwood, o de um garoto, sem indicação da idade, porém, com lesão evidente. Não há, até então, relatos de crianças ou adolescentes sem lesão e com dislexia. Tampouco há polêmica em relação a esses diagnósticos; ainda que Hinshelwood tenha insistido em especificar mais do que os outros médicos as causas dessa patologia, e, como vimos, tenha buscado a “melhor palavra” para nomeá-la, não tomamos conhecimento de nenhum autor que tenha vindo a questionar as correlações feitas entre os sintomas apresentados por esses pacientes e a(s) causa(s) a eles atribuída(s); todos assumem, portanto, que se trata de patologia e respeitam as interpretações desses médicos – por exemplo, Berlin e Hinshelwood – em relação a tais casos clínicos.

IV. A gênese da polêmica

A polêmica que analisamos tem início justamente no momento em que se passa a atribuir a mesma classificação, o mesmo nome, agora acrescido da palavra “congénita” (em oposição a “adquirida”, que passa a ser usada para especificar os casos analisados até então, isto é, os decorrentes de lesão ou exposição a agentes tóxicos), ou seja, “cegueira verbal congénita”, a indivíduos que não apresentam as características descritas por Berlin, ou seja, a indivíduos que não têm nenhuma lesão nem tiveram acesso a agentes tóxicos. Esses indivíduos são, em geral, jovens e não apresentam todos os sintomas registrados nos pacientes previamente estudados; apresentam, porém, o sintoma considerado principal: a dificuldade de ler.

Segundo vários autores, por exemplo, o psiquiatra e educador francês Ajuriaguerra (1984), a dislexia (a congénita, atualmente chamada de dislexia específica de evolução ou dislexia do desenvolvimento) tornou-se uma questão a partir do trabalho do Hinshelwood. Nem todos fazem menção ao texto “Um caso de cegueira verbal congénita”, publicado por Morgan em 1896. Esse texto, porém, é fundamental, do nosso ponto de vista, por dois motivos: a) contém o primeiro relato publicado de caso de um sujeito não adulto e sem lesão acometido pela chamada “cegueira verbal congénita” e b) contém a primeira atribuição do caráter congénito à dislexia, atribuição sobre a qual recairá uma crítica, que, como veremos, tem papel crucial na polêmica que estudamos. Morgan relata o caso de um adolescente de 14 anos que, nas palavras do autor, corresponde a um caso

- (01) bastante interessante, único, tanto que eu saiba, na medida em que ocorre sem lesão nem doença, mas é evidentemente congénito, e devido muito provavelmente ao desenvolvimento defeituoso daquela região do cérebro, que nos adultos produz praticamente os mesmos sintomas – isto é o giro angular esquerdo. (MORGAN, 1896, p. 1379)

O autor acrescenta:

- (02) essa inabilidade (para aprender a ler) é tão notável, e tão pronunciada, que eu não tenho dúvida de que é devida a algum defeito congênito. (MORGAN, 1896, p. 1379)

Em (01), ao afirmar que “o caso ocorre sem lesão nem doença”, Morgan descarta os fatores que até então eram considerados a causa da dislexia nos adultos e, ao que tudo indica, por dedução, afirma que é “evidentemente congênito”. Além disso, acrescenta a hipótese de que haja um provável “desenvolvimento defeituoso” de uma região específica do cérebro: “o giro angular esquerdo”. Como se sabe, à época, não havia meios de verificar o interior do cérebro de pacientes vivos; apenas nas autópsias podia-se confirmar ou não uma hipótese sobre a localização de uma lesão ou, no caso, de um desenvolvimento defeituoso. Diferentemente da hipótese de Berlin, corroborada em autópsia, não há registros de confirmação ou rejeição da hipótese de Morgan, o que sugere que não foi realizada autópsia do sujeito por ele analisado. Num segundo trecho da mesma página (correspondente ao excerto 2), o autor volta a afirmar, dessa vez substituindo o “é evidentemente” por “eu não tenho dúvida”, que o sintoma – a dificuldade de leitura do adolescente em questão – é causado por um defeito congênito.

V. Uma falta constitutiva

No livro *Congenital Word-Blindness* (“Cegueira verbal congênita”), publicado em 1917, Hinshelwood inicia o capítulo 2 deixando claro que demorou para utilizar o termo (segundo ele, já utilizado por outros autores) por conta de um cuidado necessário, a fim de evitar o que chama, na página 41, de “ambiguidades e vagezas que caracterizam muitos relatos recentes desse distúrbio”. O autor insiste que apenas a partir do conhecimento aprofundado da cegueira verbal adquirida e dos detalhes do funcionamento normal do cérebro é que se pode compreender a cegueira verbal congênita. É devido à necessidade desse conhecimento que ele justifica o fato de não ter voltado a publicar sobre o tema desde 1985, quando havia publicado o artigo “Word-blindness and visual memory”, que teria dado origem ao texto de Morgan.

Hinshelwood conta aos seus leitores que Morgan lhe enviou uma carta acompanhada por uma cópia do artigo publicado em 1896 e que, nessa carta, havia deixado claro que foi a partir do texto de Hinshelwood (de 1895) que teve sua atenção voltada para a questão da cegueira verbal congênita. Depois disso, apresenta o relato de Morgan e critica o fato de esse médico, por falta de conhecimento necessário sobre a cegueira verbal adquirida, não ter tentado analisar e explicar os sintomas.

Além disso, Hinshelwood critica o fato de Morgan ter utilizado determinadas expressões que, segundo aquele, são inadequadas em um texto científico: a primeira expressão criticada foi “em sua opinião”, usada para afirmar que o caso correspondia a um caso de cegueira verbal. Hinshelwood abre aspas e cita um trecho de Morgan para criticar o uso de outras expressões que evidenciariam a falta de rigor científico: “evidentemente” e “muito provavelmente”:

- (03) evidentemente congênito, e devido muito provavelmente ao desenvolvimento defeituoso daquela região do cérebro, que nos adultos produz praticamente os mesmos sintomas – isto é, o giro angular esquerdo. (HINSHELWOOD, 1917, p. 42)

Vemos que a atribuição do caráter congênito ao “defeito cegueira verbal congênita” é polêmica desde o início e que a discussão que se trava com frequência hoje em dia sobre a (a)cientificidade da dislexia havia se evidenciado já nos primeiros textos que passam a postular a existência de um tipo congênito de “cegueira verbal”.

Embora Morgan, ao que tudo indica, imaginasse estar citando Hinshelwood, este considera que houve imprecisão e ambiguidade decorrentes da falta de explicitação dos sintomas. Fica claro, porém, que, da perspectiva de Hinshelwood – diferentemente da perspectiva dos enunciadores de E que atualmente entram em confronto com os de S –, a explicitação desses sintomas seria suficiente para eliminar o “caráter acientífico” das expressões “evidentemente” e “muito provavelmente”.

É curioso observar que, embora critique a palavra “evidentemente” (*evidently*) – utilizada por Morgan – Hinshelwood define o “defeito” estudado nos seguintes termos:

- (04) pelo termo cegueira verbal congênita, *nós entendemos* um defeito congênito que ocorre em crianças com cérebros normais e sem nenhuma outra alteração, caracterizado por uma dificuldade tão grande em aprender a ler que é *obviamente* devida a uma condição patológica, e as tentativas de ensinar essa criança pelos métodos comuns falham completamente. (HINSHELWOOD, 1917, p. 40, grifo nosso)

lançando mão, num enunciado semelhante, da palavra “obviamente” (*manifestly*), como se ela e “evidentemente” não fossem palavras intercambiáveis, como se uma fosse mais precisa – e portanto, mais adequada a um texto científico – do que a outra e, com isso, garantisse a legitimidade/cientificidade do texto.

Maingueneau, ao tratar da gênese dos discursos, propõe que a polêmica decorre de uma falta inerente ao discurso primeiro. Segundo o autor, fica evidente que “não existe polêmica ‘em si’; a relação com o Outro é função da relação consigo mesmo” (MAINGUENEAU, 2005[1984], p. 108). Em relação aos posicionamentos que estudou (o jansenismo e o humanismo devoto), ele observa que antes que um deles se constituísse, “seu lugar já estava inscrito no universo semântico de seu futuro adversário” (MAINGUENEAU, 2005[1984], p. 109).

No caso específico da polêmica que estamos estudando, o discurso primeiro – que, como vimos é o S –, como era de se esperar, também apresenta essa falta. Há, no entanto, uma curiosidade em relação a tal falta: ela é explicitada por um dos seus pioneiros, Hinshelwood: o autor hesita, demora em publicar seu artigo a fim de “estabelecer o diagnóstico em bases científicas” e critica outros autores, sobretudo Morgan, pela falta de cientificidade, “falta” sobre a qual o Outro se constituirá. Ou seja, sem questionar a existência da nova patologia, o que equivale a assumir que enuncia do interior do discurso primeiro, um de seus fundadores explicita a falta de rigor científico dos demais textos desse discurso; apenas os seus próprios textos apresentariam tal rigor.

Vejam os enunciados em que Hinshelwood explicita esse lugar, essa falta:

- (05) Este paper não ficou apenas confinado a um simples relato de casos, mas forneceu uma análise e explicação detalhadas dos sintomas. Eu reivindico esse paper porque ele é a *primeira tentativa* na literatura médica de analisar e explicar em detalhes os sintomas encontrados nesse distúrbio, para *estabelecer o diagnóstico em bases científicas*, e mostrar que as dificuldades encontradas em ensinar as crianças afetadas a ler podem ser superadas por um treinamento (training) paciente e persistente. (HINSHELWOOD, 1917, p. 42, grifo nosso)

O texto de Morgan nem sempre é citado, porém, os enunciados de Hinshelwood são retomados, ainda hoje, pelos dois posicionamentos discursivos que estamos analisando: os enunciadores de S os retomam para fundamentar o caráter congênito da dislexia, justificando, portanto, seu próprio discurso e sua prática, enquanto os enunciadores de E lançam mão deles para criticar a falta de rigor científico, já que o autor estipula que se trata de “algum defeito congênito”, sem comprovar sua afirmação – “atestada” pela palavra “obviamente”.

Devido a essa constante retomada, consideramos tais enunciados como “acontecimentos discursivos”, no sentido de Possenti (2009[2004]), conforme explicado no início desta seção.

Passamos a analisar alguns excertos produzidos ao longo dos anos e que permitem reconhecer como acontecimentos discursivos os enunciados de Hinshelwood (os excertos 03, 04 e 05) e, na sequência, veremos em que medida constituem uma memória discursiva e de que forma são atualizados. Vejamos alguns excertos produzidos no interior de S:

- (06) É frustrante que o foco incida sobre a existência ou não da dislexia, quando *há muitas evidências que comprovam sua existência*. (CRAMER (chefe executiva da Royal Society for Public Health), in *Dyslexia Action*, Inglaterra, janeiro de 2009, em resposta às críticas do backbencher (membro do parlamento britânico) Graham Stringer, que afirmou que a dislexia é uma ficção).
- (07) A dislexia *tem sido relacionada a fatores genéticos*, acometendo pacientes que tenham familiares com problemas fonológicos, mesmo que não apresentem dislexia. As alterações *ocorreriam em um gene do cromossomo 6 [...] Um gene recentemente relacionado com a dislexia é chamado de DCDC2*. Segundo o Dr. Jeffrey R. Gruen, geneticista da Universidade de Yale, Estados Unidos, ele é ativo nos centros da leitura do cérebro humano. (OLIVEIRA, in “Dislexia”, texto revisado em 26/03/2014, a partir de uma publicação original em 01/10/2007. Disponível em: <http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?657>. Acesso em: 12 dez. 2014)
- (08) *Está cientificamente provado, as ressonâncias magnéticas mais modernas não deixam margem para discussão*. O disléxico tem um circuito incomum no processamento das informações, o que gera uma maneira diferenciada de aprender. (BELLI, in “Uma abordagem também prática para a dislexia”, entrevista a Marconi e Bicudo, 05 de maio de 2014, *Revista Giz*. Disponível em: <http://revistagiz.sinprosp.org.br/?p=5101>. Acesso em: 13 fev. 2015)

Embora os enunciadores de S tenham afirmado inúmeras vezes, desde 1896, que há comprovação científica da existência da dislexia de desenvolvimento, como exemplificado em 06, “há muitas evidências que comprovam sua existência”, a cada enunciação parece haver a necessidade de reforçar tal comprovação e, como depreendemos dos exemplos 07 e 08, muitas vezes uma nova prova é reivindicada: “Um gene recentemente relacionado com a dislexia é chamado de DCDC2 [...] ativo nos centros da leitura do cérebro humano” e “Está cientificamente provado, as ressonâncias magnéticas mais modernas não deixam margem para discussão”.

Cabe notar que, muitas vezes, como exemplificado em 08, os enunciadores não comprovam suas afirmações. Apenas afirmam que “está cientificamente comprovado”. A mera referência à “Ciência” parece garantir a veracidade/autoridade da afirmação.

Observemos, agora, outro recurso frequentemente utilizado em S que indica a busca pela garantia do caráter científico de seus textos. É comum que os enunciadores de S enfatizem os nomes das universidades ou dos periódicos em que houve alguma descoberta relacionada ao tema; no excerto 07, Ércio Oliveira, o autor do texto, julgou importante – provavelmente por considerar que se trata de um argumento de autoridade, dada a conceituação da instituição – informar o nome da universidade. Especificamente em 07, temos um exemplo de texto não acadêmico em que o autor toma uma certa distância da afirmação sobre a causa da dislexia ao optar por um verbo no futuro do pretérito: “as alterações ocorreriam”; e isso ocorre porque, na sequência, o autor descreve outro gene – o Robo 1 – que, segundo outra pesquisadora, também pode estar relacionado à dislexia; esse indício de hesitação sobre a causa da dislexia não leva o autor, no entanto, a questionar a existência dessa “dificuldade primária do aprendizado” – expressão com a qual a define.

Em textos acadêmicos, mesmo da área médica, é comum que se forneçam as fontes de um enunciado informando-se apenas o nome do autor e o ano da publicação, ao contrário do que se observa no exemplo seguinte, em que o nome do periódico foi considerado relevante:

- (09) Neste momento, o termo esteve associado com um insulto neurológico de natureza estrutural. No entanto, Küssmaul indicava que a possível “cegueira para palavras” podia acontecer apesar da acuidade visual, nível de inteligência e capacidade de fala. A primeira descrição de uma criança com este problema foi realizada em 1896 por W. Pringle Morgan, que deu o nome de “cegueira congênita para palavras”. *O artigo foi publicado na British Medical Journal* e intitulado “A case of congenital word blindness” e descrevia o caso de uma criança que era incapaz de aprender a leitura, apesar do desempenho intelectual dentro da média. (LIMA, 2011, p. 63, grifo nosso)

Lima (2011), ao resumir o percurso histórico da dislexia, faz referência ao artigo de Morgan, e, diferentemente da estratégia adotada por Hinshelwood, que, como vimos, questionou a validade científica desse artigo, procura ressaltar um elemento que garanta seu caráter científico: o fato de ele ter sido publicado em um renomado periódico científico, o *British Medical Journal*.

As três características presentes nos textos produzidos no interior de S que acabamos de descrever – a) o fato de diferentes autores reivindicarem provas divergentes da existência da dislexia; b) a busca por argumentos de autoridade que garantiriam a cientificidade de seus textos; e c) o recurso à expressão “comprovação científica” (ou variantes dela, como “prova científica”, “cientificamente comprovado”) como se, por remeter a pesquisas que seriam seus fundamentos, garantisse autoridade ao texto – exercem um duplo papel no interior da polêmica em questão: reforçam, por mais paradoxal que isso possa parecer, a falta constitutiva de seu discurso e, concomitantemente, “dão munição” aos enunciadores de E, que não reconhecem nenhuma dessas provas como uma comprovação efetiva e, conseqüentemente, enunciam que a dislexia é uma construção do pensamento médico, como vemos a seguir:

- (10) os distúrbios de aprendizagem são *uma construção do pensamento médico*, e a hipótese da existência da dislexia é decorrente do já questionável “raciocínio clínico tradicional. (MOYSÉS; COLLARES, 1992, p. 33, grifo nosso)

As autoras criticam o caráter científico de diagnósticos que se baseariam no raciocínio clínico tradicional (se A causa B, B pode ser causado única e exclusivamente por A). De acordo com elas, Hinshelwood e Morgan fizeram o seguinte raciocínio: se a cegueira verbal provocada por lesão ou exposição a agente tóxico causa dificuldade de leitura nos adultos, a dificuldade de leitura das crianças e jovens só pode ser causada pela cegueira verbal. Na falta de uma lesão ou agente tóxico que a explicasse, estipularam, “forjaram” – palavra frequente no discurso E –, uma origem para essa patologia: já que não há lesão ou agente tóxico, deve haver uma outra: congênita. Vejamos como esse mesmo enunciado se repete em outros excertos produzidos no interior de E:

- (11) A dislexia é *uma ficção cruel não mais real do que o construto científico do “éter”* no século XIX para explicar como a luz atravessa o vácuo. (STRINGER, janeiro de 2009 *apud* ELLIOTT; GRIGORENKO, 2014, p. 1, grifo nosso).
- (12) Nessa formulação maciçamente difundida de que a dislexia é o inimigo oculto por trás de boa parte dos impasses da escolarização, o que fica elidido é que *o conceito de dislexia está longe de contar com uma definição e uma caracterização suficientemente precisas*, como reconhecem muitos pesquisadores que estudam o problema. (RUBINO, 2008, p. 86, grifo nosso)
- (13) O capítulo “Distúrbio de aprendizagem” (Rotta e Guardioli, 1996), do mesmo livro Neurologia infantil, vinculado à escola de Lefèvre... esse capítulo destoa dos demais, por sua *fragilidade teórica*. Em nítido confronto com o capítulo específico sobre EEG, Rotta e Guardioli (op. cit.) sugerem que esse exame seria de grande valia para a abordagem médica do não-aprender-na-escola. As autoras embasam suas afirmações em pesquisa realizada por uma delas, em 1973; entretanto, *essa pesquisa apresenta deficiências teórico-metodológicas importantes*, decorrentes de opções da pesquisadora ... (MOYSÉS, 2001, p. 90, grifo nosso)

Vejamos mais dois excertos, das já citadas Moysés e Collares, o primeiro deles com uma referência explícita ao texto de Hinshelwood:

- (14) Sobre este assunto, podemos afirmar que até hoje, cem anos depois de terem sido aventados pela primeira vez por um oftalmologista inglês, *não se provou sua existência*. É uma longa *trajetória de mitos, estórias criadas*, fatos reais que são perdidos/omitidos... Trata-se de uma *pretensa doença neurológica jamais comprovada; inexistem critérios diagnósticos claros e precisos* como exige a própria ciência neurológica; *o conceito é vago demais, abrangente demais*... (COLLARES; MOYSÉS, 1994, p. 29, grifo nosso)
- (15) o campo dos distúrbios de aprendizagem aparentava estar morto [...] Como exemplo, Vernon, psicólogo inglês considerado uma das grandes autoridades no assunto, em livro publicado em 1957, conclui não existir *nenhuma evidência* da *cegueira verbal congênita* e afirma: ‘... é improvável que constitua mais que uma pequena parte mesmo dos casos severos de distúrbio de leitura’. (MOYSÉS; COLLARES, 1992, p. 36, grifo nosso)

Nesses cinco excertos, encontramos o mesmo enunciado: o de que não há comprovação da existência da dislexia de evolução. O que se enuncia” é o “mesmo”; nesses enunciados não identificamos um “novo” que passe a ser reproduzido, que enseje a possibilidade de repetição.

Resumindo o que dissemos até agora, um distúrbio que, a partir de 1895, é tomado como congênito por alguns passa a ser questionado por outros, que assumem que, como não há lesão, nem agente tóxico, nem defeito congênito comprovado, não é possível afirmar que se trate de um caso de cegueira verbal, ou dislexia.

Os sujeitos de S procuram diagnosticar e tratar as crianças que apresentam um sintoma grave; os sujeitos de E interpretam essa busca por tratamento como medicalização ou biologização de questões sociais e conseqüente patologização de indivíduos normais, conforme podemos ver nos seguintes exemplos:

- (16) Fatos como esses *têm sido considerados sintomas* de patologia da linguagem (dislexia específica de evolução, por exemplo). *Na verdade*, esses fenômenos... erros do ponto de vista da escola, *revelam operações epilinguísticas* que ocorrem em momentos em que a criança está operando com a linguagem como um objeto de conhecimento. (COUDRY, 1987, p. 153-154, grifo nosso)
- (17) Quem erra mais do que deve *é excluído do universo de indivíduos normais* e passa a fazer parte dos portadores de *patologias criadas* para abrigá-los – como é o caso da dislexia, do déficit de processamento auditivo central, das dificuldades de leitura e escrita, etc., que *rotulam de patológicas crianças em processo normal de aprendizagem*. (COUDRY; MAYRINK-SABINSON, 2003 *apud* COUDRY; FREIRE, 2005-2010, p. 11, grifo nosso)
- (18) Até que ponto *faz sentido enxergar a dislexia como patologia?* E se ela for apenas um *conceito construído dentro de uma visão biologizante?* (Dislexia: quem procura, acha, Ciência e Profissão, número 155 – Março/Abril de 2008, Conselho Regional de Psicologia. Disponível em: http://www.crp.org.br/portal/comunicacao/jornal/155/frames/fr_ciencia_profissao.aspx. Acesso em: 05 mar. 2015)

Nos exemplos 16 e 17, as enunciadoras de E, embora utilizem as palavras “sintoma” e “patologia”, distanciam-se delas: “fatos têm sido considerados” (por outras pessoas, isto é, pelos enunciadores de S) “sintomas de patologia”, mas “na verdade” – expressão que indica que aquelas considerações são equivocadas – trata-se de outra coisa: de “(eles) revelam operações epilinguísticas”. Em 17, há um distanciamento ainda mais explícito em relação à palavra “patologia”: tais patologias não existem, elas foram/são “criadas”, e a dislexia é uma dessas patologias “que rotulam crianças em processo normal de aprendizagem”. Já em 18, a palavra aparece no interior de uma pergunta que questiona sobre o sentido de considerar a dislexia como patologia. Vemos nesses diferentes exemplos de distanciamento a negação do caráter científico dos enunciados produzidos no interior de S – cujos enunciadores se equivocam e não têm direito, do ponto de vista de E, de enunciar a respeito das dificuldades de leitura e de escrita. Segundo a semântica global de E, apenas os enunciadores de E detêm o embasamento teórico e prático para analisar adequadamente tais “fatos”, tais “fenômenos” (nunca designados como “sintomas”). Vemos, portanto, que se trata de mais exemplos de enunciados que enunciam o “mesmo”: a acientificidade do discurso de seu adversário.

O texto de Morgan, além de dar origem à questão fundamental sobre a (a)cientificidade das causas atribuídas à dislexia, contém também outros enunciados dignos de serem chamados de “acontecimentos discursivos”, dada sua contribuição para a construção da memória discursiva da polêmica estudada, por exemplo, os enunciados relacionados à inteligência dos disléxicos, ao seu ritmo diferenciado em relação aos demais alunos da sala de

aula, ao papel do professor e da escola e até mesmo os enunciados relacionados às características dos diagnósticos, realizados por exclusão.

Considerações finais

Comparando as análises deste trabalho com as características dos discursos polêmicos descritas por Maingueneau, constatamos que realmente há uma falta constitutiva no posicionamento primeiro a partir da qual o posicionamento segundo se constitui. Falta crucial para a gênese de um discurso. No caso da polêmica em torno da dislexia, a falta do posicionamento S é evidenciada já em um dos seus textos fundadores, e é para ocupar o espaço dessa falta que surge o posicionamento E. Observamos, também, que há poucos enunciados. Nas palavras de Maingueneau, “na realidade, ‘o enunciado é raro’, para retomar a expressão de Foucault, e redundante” (2008[1972]), p. 113).

Nossas análises indicam que, mesmo depois de transcorrido mais de um século em relação aos textos de Morgan e Hinshelwood, se reproduz o “mesmo enunciado”. Ainda que haja algum recurso específico que diferencie os textos ou os próprios enunciadores entre si, por exemplo, a comparação com a hipótese da existência do éter ou a explicação do que seja o chamado raciocínio clínico tradicional, o que se enuncia é que existe uma grave falta em S: a acientificidade.

REFERÊNCIAS

- AJURIAGUERRA, J. *A dislexia em questão: dificuldades e fracassos na aprendizagem da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984. 171 p.
- BELLI, A. Entrevista para Marconi, E e Bicudo, F. Uma abordagem também prática para a dislexia. *Revista Giz*, 5 mai. 2014. Disponível em <<http://revistagiz.sinprosp.org.br/?p=5101>>. Acesso em: 13 fev. 2015.
- BERGER, E. *Les maladies des yeux dans leurs rapports avec la pathologie générale*. Paris : Ed. G. Masson, Libraire de L'Académie de Médecine, 1892. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5795952j.r=berger+dyslexie.langPT>>. Acesso em: 12 dez. 2014.
- BURKE, P. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 327-348.
- COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. *A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (a patologização da educação)*. Série Idéias n. 23. São Paulo: FDE, 1994. p. 25-31.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Dislexia: quem procura, acha. *Ciência e Profissão*, n. 155, Mar./Abr. 2008. Disponível em: <http://www.crp.org.br/portal/comunicacao/jornal_crp/155/frames/fr_ciencia_profissao.aspx>. Acesso em: 5 mar. 2015.

- COUDRY, M. I. H. Dislexia: um bem necessário. Estudos linguísticos XIV. *Anais do Seminário do GEL*, Campinas, p. 150-157, 1987.
- COUDRY, M. I. H.; FREIRE, F. M. P. *O trabalho do cérebro e da linguagem: a vida e a sala de aula*. Linguagem e Letramento em foco. Cefiel/IEL/UNICAMP, 2005-2010. 63 p.
- CRAMER, S. Building confidence, transforming lives. *Dyslexia Action*, 2007-2008. Disponível em: <http://www.dyslexiaaction.org.uk/files/dyslexiaaction/impact_08.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2014.
- ELLIOTT, J. G.; GRIGORENKO, E. L. *The dyslexia debate*. Cambridge University Press, 2014. 272 p.
- FOUCAULT, M. Retornar à história. In: _____. *Ditos e escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008[1972]. 241 p.
- HINSHELWOOD, J. Word-blindness and visual memory. *The Lancet*, v. 146, Issue 3773, dec. 1895. p. 1564-1570.
- _____. A case of dyslexia: a peculiar form of word-blindness. *The Lancet*, nov. 1896. p. 1451-1454.
- _____. *Letter-Word- and mind-blindness*. London: H. K. Lewis 186 Gower Street, W.C., 1900. 118 p.
- _____. *Congenital Word-Blindness*. London: H. K. Lewis & Co. Ltd., 1917. 158 p.
- LIMA, R. F. de *Sintomas depressivos e funções cognitivas em crianças com dislexia do desenvolvimento*. 2011. 296 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2005[1984]. 191 p.
- MORGAN, P. M. B. A case of congenital word blindness *The British Medical Journal*, nov., p. 1378-1379, 1896.
- MOYSES, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. O sucesso escolar: um desafio pedagógico. *Caderno CEDES* 28. Campinas: Papirus, 1992. p. 31-48.
- MOYSÉS, M. A. A. *A institucionalização invisível: crianças que não-aprendem-na-escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2001. 264 p.
- OLIVEIRA, E. “Dislexia”, texto revisado em 26/03/2014, a partir de uma publicação original em 01/10/2007. Disponível em: <<http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php? 657>>. Acesso em: 12 dez. 2014.
- PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, 1988. 68 p.
- POSSENTI, S. A noção de acontecimento. In: *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009[2004]. p. 119-126.

RAMPAZZO, A. M. R.; DELBEN, A. C. Direito à educação dos portadores de dislexia, In: *Anais do Congresso Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito*, Maringá. São Paulo: Conpedi, 2009. p. 405-431.

RIBOT, T. H. *Revue philosophique de la France et de l'étranger*, 1892. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k17173b.r=dislexie.langPT>>. Acesso em: 10 mar. 2014

RUBINO, R. Sobre o conceito de dislexia e seus efeitos no discurso social. *Estilos da clínica* [online]. v.13, n.24, 2008. p. 84-97.

Recebido em: 02/10/2015

Aprovado em: 14/12/2015